



Abordagens contemporâneas para a história da literatura no Brasil

Contemporary approaches to the history of literature in Brazil

Rodrigo Soares de Cerqueira *
Universidade Federal de São Paulo
São Paulo, São Paulo, Brasil

Arivaldo Sacramento **
Universidade Federal da Bahia
Salvador, Bahia, Brasil

I

No início de seu último livro, *Far Country*, Franco Moretti apresenta uma comparação entre os lugares onde trabalhou. Em Salerno, uma universidade menor no sistema italiano, localizada numa região das mais pobres do país, as condições estavam longe das ideais. Todo o departamento de Inglês contava apenas com dois professores, que, no inverno, por causa de problemas de infraestrutura, tinham que dar aulas encasacados. Os alunos, estes eram quase todos oriundos de escolas públicas da região. Já em Stanford, onde ele encerrou a carreira em 2016, a situação era inteiramente outra: a universidade era particular e das mais ricas do mundo, localizada em Silicon Valley; os alunos, por sua vez, vinham de escolas privadas de alta qualidade. E o que une essas duas pontas? “[...] in both places, students seemed to know very little about literary history” (MORETTI, 2019). Moretti não está interessado em apresentar as razões desse desconhecimento; o que ele se propõe a fazer é apresentar os caminhos, nada ortodoxos, buscados para remediar, termo que usa não sem ironia, esse déficit, o que também é uma retomada dos principais temas de suas inquietações teóricas ao longo da sua atuação como professor.¹

Nossa situação aqui, na periferia, é um tanto outra. Os alunos e as alunas que chegam aos cursos de Letras até têm uma noção da literatura como “uma série de obras dispostas numa ordem cronológica e como partes integrantes do processo histórico” (WELLECK; WARREN, 1971, p. 48), ainda que este esteja organizado segundo a lógica dos estilos de época. Contudo, qual o primeiro esforço do professor e da professora na graduação senão desmontar esse esquema, de fato limitador e ultrapassado, de se pensar a literatura? Em síntese, o investimento crítico não deixa de ser des-historizador, com perdas e ganhos.

* Doutor em Letras pela UNICAMP e professor Adjunto de Literatura Brasileira na Universidade Federal de São Paulo. E-mail: rodrigo.cerqueira@unifesp.br.

** Doutor em Letras e Linguística pela UFBA, professor adjunto de Crítica Textual e Paleografia da Universidade Federal da Bahia. E-mail: arisacramento@gmail.com.

¹ O que Franco Moretti tem proposto, já há alguns anos, é a defesa de uma história literária descontínua, o que, como veremos, não é um panorama que nos é estranho ou sequer indesejável (cf. MORETTI, 1996).

Claro que não se pode reduzir o questionamento à história literária à oposição aos estilos de época, o que implicaria caricaturizar o debate — independente do fato de que muitos de nós ainda, por mais críticos que sejamos, continue usando termos como Barroco, Arcadismo, Romantismo etc. Um outro fator, tão ou mais importante ainda, diz respeito ao critério de valor que garantiriam a presença de uma obra ou autor (e deixemos a referência no masculino apenas, porque aqui esse arcaísmo que universaliza o masculino se aplica bem) em detrimento de outras obras e autores: uma ênfase na nacionalidade à qual foi acrescida, posteriormente, a na qualidade estética. As histórias literárias brasileiras (assim como as antologias, as galerias de homens notáveis, os bosquejos etc.) surgem com a emancipação política e participam do esforço de constituição simbólica da nação (cf. CANO, 2001; MELO, 2009). Por sinal, pode-se inclusive dizer que esse esforço padece do mesmo mal de origem da independência política, que não apenas não rompeu com a forma de produção colonial, como tampouco questionou a posição subalterna que ocupávamos e continuaríamos a ocupar no rol das nações ditas civilizadas. Os dois grandes impulsos para se escrever tanto uma historiografia quanto uma historiografia literária, ambas nacionais, vieram de intelectuais europeus. Nesse sentido, o horizonte, canônico portanto, era, ao mesmo tempo, monárquico, católico, centralizador, patriarcal, escravocrata e particularista.²

Uma primeira reviravolta modernizadora, ainda na década de 1870, que, embora conteste a herança imperial e conservadora (cf. ALONSO, 1996; 2002), não a desloca inteiramente — isso quando não a reafirma em alguns dos seus pontos nodais. Por um lado, há Silvio Romero, um dos papas dessa renovação crítica, que não apenas continuou nacionalista, como também incorporou um cientificismo que deu uma cara nova à exploração de sempre (cf. CANDIDO, 1988). De outro, temos um José Veríssimo ou mesmo Machado de Assis, ambos mais atentos à dimensão estética das obras analisadas. Em outras palavras, a modificação da perspectiva crítica, em especial a inclusão de novos critérios de avaliação das obras, não necessariamente toca nos problemas constitutivos do esforço de construção de uma nacionalidade por meio da historiografia literária. As do século XX, como a de Alfredo Bosi (1994), salvo engano a última a ter uma ampla divulgação,³ é sintomática dessa tensão entre conservação e renovação. Leitor rigoroso, Bosi avança ao incorporar criteriosamente as mais diversas correntes teóricas dos estudos literários desenvolvidas nas últimas décadas, o que lhe permite pensar os livros que história a partir de critérios predominantemente imanentes, deslocando a ênfase no caráter engajado do processo.⁴ Contudo, o eixo norteador da organização interna das obras continua sendo o sentimento de nacionalidade — afinal, ainda é uma história, concisa que seja, da literatura *brasileira* —, do qual faz parte, indissociavelmente, o desejo de autonomia política e cultural e toda a carcaça patriarcal que lhe deu impulso inicial.

² Extrapolamos um pouco os conselhos de Karl Philipp von Martius sobre como se deve escrever a história do Brasil: "Nunca esqueça, pois, o historiador do Brasil, que para prestar um verdadeiro serviço à sua pátria deverá escrever como autor monárquico- constitucional, como unitário no mais puro sentido da palavra" (MARTIUS, 1844 *apud* MELO, 2009, p. 43). Na história literária, a situação não foi muito diferente. Quem apontou o caminho para que conseguíssemos determinar nossa especificidade nacional foi um francês, Ferdinand Denis.

³ Até 2015, foram 50 edições.

⁴ Daí que se encontre juízos como esse: "O populismo literário deu uma mistura de equívocos, e o maior deles será por certo o de passar por arte revolucionária. No caso de Jorge Amado, porém, bastou a passagem do tempo para desfazer o engano" (BOSI, 1994, p. 406).

O melhor exemplo desse esforço formativo inscrito no projeto de uma literatura nacional está num livro, *Formação da literatura brasileira*, de Antonio Candido (2007), que, a despeito do se tenha dito (cf. CAMPOS, 1989), nunca se quis historiográfico. Na verdade, se for o caso, seria até mais correto chamá-lo de uma história literária fracassada, pois, embora tenha sido encomendado como tal, ganhou outro formato, quando Candido decidiu enfatizar seus momentos decisivos, o Arcadismo e o Romantismo, cujo ponto de vista assumiu estrategicamente; um ponto de vista, vale ressaltar, parcial e condicionado por um outro, este modernista, o que coloca em jogo, ao mesmo tempo, adensamento cultural, pesquisa estética e transformação social. Não é coincidência que a *Formação* tenha sido escrita entre 1945 e 1957, data do envio do segundo volume, portanto inscrita no centro mesmo do interregno democrático (democracia bastante restrita, entenda-se) que ficou imprensado entre os autoritarismo do Estado Novo e do golpe de 1964. Nesse livro, em que a perspectiva nacional não é nacionalista, estaria figurado o primeiro momento de superação da dependência externa, abrindo o caminho para outras formações — econômica, política etc.⁵ —, estas sim capazes de dar o salto para fora do subdesenvolvimento.

Como se sabe, quando muito, essa é a história das nossas ilusões, golpeada que foi em 1964. Entre as muitas desgraças que o regime militar instaura, está o fechamento de um ciclo de radicalização, mas não seu ímpeto modernizador, reinstaurando, agora sob a égide militar, uma mesma ideia de nação homogênea, conservadora, canônica, o que também quer dizer discriminatória, violenta e excludente. Ou seja, a pergunta a que nos propusemos nesse dossiê — “As histórias literárias ainda são possíveis?” — parte desse chão histórico brasileiro (embora, como se pode notar pelo título, não inteiramente restrito a ele): se o projeto das nossas histórias literárias, lá desde desde a Independência, era o de construir um arcabouço simbólico a partir do qual se erigiria uma nação coesa, aquela cujo futuro nunca alcançamos, o que resta agora que parecemos estar condenados a chafurdar na lama do autoritarismo conservador de sempre?

II

Quando se abre uma chamada de dossiê, não se sabe muito bem o que esperar. A ideia, contudo, é um pouco essa: colocar na praça uma provocação crítica, instigada pela posição teórica dos organizadores, e esperar para poder, de alguma maneira, dialogar com outros pesquisadores e outras pesquisadoras que compartilham da mesma inquietação. Duas preocupações nossas foram, primeiro, a de não restringir a discussão ao Brasil. Como esperamos que tenha ficado nítido na introdução acima, era esse nosso chão histórico, mas não pensávamos nessa delimitação, daí que tenhamos o “brasileira” como apêndice de história literária nunca tenha figurado no título. Afinal, como bem sabemos todos e todas, se há algo realmente universal hoje é o fenômeno da globalização, que erodiu a centralidade normativa da nação, de que a reação antiglobalista — Brexit, Trumpismo, extrema direita na Hungria, Polônia, Rússia, Índia, isso, claro, sem contar no Brasil acima de todos — é um sintoma mórbido. A segunda preocupação era de não fechar o dossiê numa discussão teórica sobre as condições de possibilidade de se escrever uma história literária, brasileira ou qualquer outra. Não que essa discussão não fosse bem-vinda, que reste claro. Estávamos antes interessados

⁵ Para uma visão de conjunto das diversas “formações” nacionais, cf. Marino, 2018.

em tentar mapear como objetos concretos estão sendo pensados em perspectiva histórica; isto é, gostaríamos de saber como uma obra participa de uma certa tradição.

Como imaginávamos, a grande maioria dos artigos recebidos tinha como objeto obras brasileiras. Uma grata surpresa, contudo, foi o de Aline Candido Trigo e Anderson Francisco Ribeiro, “A leitura e a literatura do século XVIII na configuração de *Tristram Shandy*”, que se dedicou a abordar o problema proposto pelo ângulo da literatura inglesa. O esforço de síntese é impressionante, condensando e organizando uma vasta bibliografia a respeito do romance de Lawrence Sterne. Além disso, a opção pela interface de leitura histórica do texto ficcional é abertura de possibilidade interessante e contemporânea de diálogo com a proposta em discussão, porque põe em tela uma série de elementos históricos que não tinham sido centralizados pelas operações historiográficas mais consolidadas. Tal capilaridade permite que encontremos o jogo produtor de lembranças e esquecimentos, apagamentos responsáveis por um condicionamento infértil para o campo dos estudos literários.

Outro ângulo inusitado foi a escolha de Fabrício Magalhães de Sousa e Gabriel Arcanjo dos Santos Albuquerque em “A formação da crítica literária acadêmica amazonense & seus itinerários pela poesia lírica do Amazonas”. A atenção à crítica literária, nem sempre contemplada nas historiografias, a uma região tão importante quanto à amazônica, mas pouco contemplada e, por fim, à poesia lírica, tudo isso arma um esquema tripartite que enfeixa dimensões periféricas de ordens diversas (geográfica e literárias), trazendo-as à luz de maneira sistemática. O que emerge não deixa de ser, ao mesmo tempo, uma reafirmação nacional, pois busca integrar ao país o pensamento crítico e poético marginalizados, e sua contestação, uma vez que essa integração tende ao desmonte das concepções previamente estabelecidas.

O artigo de Felipe Silva e André Pelinser, “Uma coronel no sertão: transfigurações do feminino em *A História de Bernarda Soledade*, de Raimundo Carrero” também retoma a questão de centro/periferia, embora não mais em termos nacionais. Essa mudança de foco torna o debate extremamente importante para pensarmos uma dimensão geográfica da historiografia literária, especialmente uma que revele os espaços de produção de saber sobre a literatura no Brasil. O regionalismo é em gênero por demais conhecido, mas, nem por isso, ele deixa de carregar, como os autores apontam, um certo estigma. O primeiro esforço crítico, portanto, foi, por meio da recuperação de traços recorrentes que funcionam, a despeito da recusa de alguns autores, como que uma assinatura genérica. O que surge é uma história literária que conecta traços internos ao universo do gênero, propondo uma agenda de estudos interessante. Em seguida à discussão teórica, os autores apresentam a leitura de um romance menos conhecido, *A história de Bernarda Soledade*, que é ela própria uma subversão interna ao regionalismo, uma vez que a protagonista tensiona um dos traços característicos do gênero, sua dimensão patriarcal.

É interessante perceber como o artigo de Silva e Pelinser opera, no dossiê, como uma ponte que coloca em contato temas análogos. Além da questão entre centro e periferia já apontada, o destaque da personagem feminina também é o que se pretende discutir Lucimara Andrade e Cinthia Machado em “*Desmundo*, de Ana Miranda”. Aqui, o ponto de vista feminino é o eixo a partir do qual uma visão crítica de uma historiografia hegemônica, masculina portanto, é formulado. O recurso a uma bibliografia pós-moderna, que está em linha com o desenvolvimento do argumento, ajuda a redimensionar a relação entre literatura e história, passo de grande relevância para produzir um lugar de enunciação capaz de trazer à cena da história da literatura no Brasil questões de gênero que foram negligenciadas em nome de um discurso naturalizador da dicção crítica patriarcal. Ao se apresentar uma leitura que

toma a historiografia a partir da forma discursiva romanesca, redimensionando a própria escalada do papel da mulher neste contexto, já é uma questão para a história da literatura, pois ressalta o imprescindível da crítica feminista, que é colocar a questão de gênero, a um só tempo, como um ponto crucial da história do Brasil e da historiografia literária nacional.

Se a inclusão de manifestações literárias e de pontos de vistas periféricos tensiona o centro do cânone, o artigo de Juliana Maia de Queiroz, “Joaquim Manuel de Macedo, um homem de letras no segundo reinado”, nos mostra como nem mesmo este, o centro, passa incólume quando outras obras de autores já consagrados são incorporadas à historiografia. Seu artigo apresenta a trajetória política e intelectual de um autor bastante conhecido, Joaquim Manuel de Macedo, cuja presença nas histórias literárias nacionais se dá antes pelo acaso de ter sido o primeiro romancista do país. O artigo, por sua vez, mostra como, para além das considerações *a posteriori*, as quais garantem a presença e o espaço de consagração, quando analisado por um outro prisma (no caso, o mercado editorial e o jornal), aquele autor pode ter sua posição no cânone repensada. Esse processo implica, por sua vez, uma abertura de reconfiguração da historiografia literária, pois aponta para como nenhuma posição no cânone está marcada a ferro e fogo e pode ser revista à luz de novos critérios.

A poesia, que já aparecera vinculada à crítica no artigo de Sousa e Albuquerque, ganha centralidade em dois dos artigos de maior fôlego do dossiê, os quais retomam esse gênero literário, em chaves distintas, para repensar seu lugar na história da literatura. Ao longo do século XIX, a poesia (ufanista, intimista, épica etc.) foi, durante décadas, o carro-chefe da literatura brasileira, até perder protagonismo para o romance, cuja hegemonia se sente até hoje, daí que seu reaparecimento não deixe ser igualmente um retorno do recalcado. Dos dois artigos mencionados, o primeiro é “Vetores da história literária: o grupo de *Arco & Flecha* e o modernismo brasileiro”, de Leandro Pasini. Ao tomar o grupo de modernistas baianos que se formou ao redor da revista *Arco & Flecha*, abrem-se novas possibilidades de avaliação do fenômeno modernista no Brasil, agora descentralizado, mas não desvinculado do seu eixo paulista. A recuperação de um grupo pouco conhecido da historiografia canônica permite repensar os critérios de valor do período, que estavam antes em disputa. Quando se recupera sua lógica regional, o modernismo, que não é mais só nacional, adquire facetas distintas, as quais vão dando uma ideia mais complexa da dinâmica entre renovação e tradição.

O segundo, intitulado “Por uma história do telurismo na literatura brasileira”, de Fábio Martinelli Casemiro, propõe uma visão heterodoxa de um conjunto de poemas brasileiros que se estendem por mais de cem anos. Seu ponto de partida é o presente e busca repensar o lugar da natureza no *corpus* selecionado. Contudo, esse mapeamento de uma “circulação de tópicos e de formas”, aproximadas por seu tema, rompe com a ideia de cor local romântica, com finalidade nacionalista, reposicionando a natureza como sujeito criador. O que resulta é uma historiografia descontínua, original, que vai dando conta dos aproveitamentos de uma tradição ainda não mapeada.

Outra perspectiva não hegemônica nos estudos literários contemporâneos que aparece no dossiê com duas contribuições importantes é a filologia. Daví Lopes Franco, Leonardo Lennertz Marcotulio e Aline Duque Erthal, em “Do texto medieval à obra oitocentista de Herculano: aspectos filológicos e literários de ‘A Dama Pé de Cabra’”, aproxima o romantismo de Alexandre Herculano de um manuscrito do século XVI, *A dama do pé de cabra*. A comparação detalhada, como é próprio da perspectiva filológica, revela facetas interessantes do projeto romântico de Herculano. Se, por um lado, a recuperação de um manuscrito antigo está em linha com o desejo de construção de uma tradição nacional; por outro, as marcas

contemporâneas (contemporâneas ao autor no momento da escrita, naturalmente) desvelam o quanto essa tradição é antes uma recriação do que uma mera recuperação como se gostaria de crer.

Já “A pesquisa de fontes primárias como dispositivo para descentramentos da história da literatura”, de Débora de Souza, busca instaurar a história e a materialidade de uma peça de teatro, escrita por Nivalda Costa, censurada na década de 1970, como critérios de análise textual. Além de encaminhar com solidez o percurso analítico de um manuscrito, o artigo ainda contribui para a discussão ao trazer para primeiro plano uma autora negra pouco conhecida no cenário local e nacional, cuja obra, é mais do que nunca importante lembrar, foi pensada em oposição aos entulhos racistas e autoritários do país, estes mais vivos do que nunca.

III

Quem retoma a questão das consequências, no plano cultural, da ruptura instaurada pelo golpe de 1964 é Francisco Bosco (2017) em seu *A vítima tem sempre razão?*, um livro mais interessante do que o título talvez desnecessariamente provocativo. Sua recomposição começa lá no século XIX, quando retoma a centralidade da natureza para o romantismo, que a via como um emblema da nossa pujança. Essa crença positiva no destino do país não é estranha ao modernismo, nosso terceiro e mais importante momento formativo,⁶ que integra o elemento popular ao esquema herdado. Gostemos ou não, cria-se, até o golpe, que havia uma contribuição a ser feita a partir do conjunto nada desprezível dos nossos equívocos. Contudo, sempre faltou pé a essa idealização, pois as elites — oligárquicas, racistas, violentas — nunca deixaram de por cabresto nas promessas do processo cultural. Uma vez interrompido o que Bosco (2017, p. 43) chama de “ensaio democratizante”, cabe ao pensamento crítico formular uma resposta, denunciando o caráter ilusório, sobretudo elitista, de uma certa autoimagem de Brasil. A pá de cal, por sua vez, virá de fora da universidade. Na contramão do samba, com seu sincretismo, suas fronteiras porosas entre a ordem e a desordem, surge o rap. Serão os Racionais MC’s, cujo olhar se volta antes ao presente, infernal, do que ao futuro, os responsáveis pela formalização de uma “política anticolonial e dicotomizante” (BOSCO, 2017, p. 49), que resulta numa nova tradição que de cordial não tem mais nada. Entretanto, não podemos deixar que, antes dos Racionais MC’s, podemos pensar os papéis do Ilê Aiyê e os demais blocos afros que produziram ressignificações fundamentais na compreensão reexistente do negro no Brasil. Dão tom dessa amplitude, as diversas regravações de artistas como Gilberto Gil e Caetano Veloso, mas também artistas como Falcão e Criolo, estes dois mais próximos ao gênero dos Racionais...

Como não poderia deixar de ser, essa viravolta histórica tem implicações nas mais diversas áreas, dentre as quais a historiografia literária, que, como vimos, sempre apostou alto, para bem e para mal, num futuro de integração e autonomia modernas que nunca veio. As pesquisas coligidas neste dossiê dão conta, cada uma a sua maneira, dessa nova quadra histórica. Da historiografia tradicional, nada ficou, nem mesmo o centro do cânone, ele mesmo

⁶ Há algo de herético em pensar os momentos decisivos do processo formativo da literatura brasileira como três. Dois deles estão no subtítulo da *Formação*, onde se lê: “Momentos decisivos 1750-1880”, que se referem ao Arcadismo e ao Romantismo. Contudo, em “Literatura e cultura de 1900 a 1945 (panorama para estrangeiros)”, publicado antes do término da *Formação*, Candido (1976, p. 112) afirma que “[n]a literatura brasileira, há dois momentos decisivos que mudam os rumos e vitalizam toda a inteligência: o Romantismo, no século XIX (1836-1870) e o ainda chamado Modernismo, no presente século (1922-1945)”.

flexibilizado. É a periferia, entendida de modos os mais diversos, quem faz pressão e redefine a figura. A história que se conta aqui perdeu a homogeneidade e o senso de futuro, um alívio diante das promessas nunca cumpridas; ela é fragmentária, revelando dinâmicas até então pouco perceptíveis, mas nem por isso desprezíveis, quando pelo contrário.

Em resumo, o panorama é de terra arrasada, mas, enquanto não salgarem tudo, ainda há o que se colher.

REFERÊNCIAS

- ALONSO, Angela. Epílogo do romantismo. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 39, n. 1, 1996.
- ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- BOSCO, Francisco. *A vítima tem sempre razão?: lutas identitárias e o novo espaço público brasileiro*. São Paulo: Todavia, 2017.
- BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 35. ed. São Paulo: Cultrix, 1994.
- CAMPOS, Haroldo de. *O sequestro do barroco na formação da literatura brasileira: o caso Gregório de Mattos*. 2. ed. Salvador: FCJA, 1989.
- CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. 5. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1976.
- CANDIDO, Antonio. *O método crítico de Sílvio Romero*. São Paulo: EDUSP, 1988.
- CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos 1750-1880*. 11. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2007.
- CANO, Jefferson. *O fardo dos homens de letras: o “orbe literário” e a construção do império brasileiro*. 2001. 412 p. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.
- MARINO, Rafael. *As figurações da formação no pensamento brasileiro*. 2018. 187. p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.
- MARTIUS, C. F. V. Como se deve escrever a História do Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, VI, 1844, p. 399-406.
- MELO, Carlos Augusto de. *A formação das histórias literárias no Brasil: as contribuições de Cônego Fernandes Pinheiro (1825-1876), de Ferdinand Wolf (1796-1866) e Sotero dos Reis (1800-1871)*. 2009. 326. p. Tese (Doutorado em Teoria e História Literária) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.
- MORETTI, Franco. *Modern Epic: The World System from Goethe to García Márques*. Londres: Verso, 1996.
- MORETTI, Franco. *Far Country: Scenes from American Culture*. New York: Farrar, Strauss and Giroux, 2019 (e-book).
- WELLECK, René e WARREN, Austin. *Teoria da literatura*. 2. ed. Lisboa: Biblioteca Universitária, 1971.